



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

RENATA LEITE NUNES

**TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: por que o professor não
trabalha?**

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

RENATA LEITE NUNES

TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: por que o professor não trabalha?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N972t Nunes, Renata Leite

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo [manuscrito] : por que o professor não trabalha? / Renata Leite Nunes. - 2017.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Valmir Pereira, Departamento de Filosofia".

1. Trabalho. 2. Trabalho abstrato. 3. Sistema capitalista. 4.
Ontologia do ser social. I. Título.

21. ed. CDD 331.01

RENATA LEITE NUNES

TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: por que o professor não trabalha?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Filosofia.

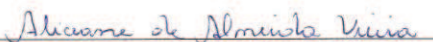
Área de concentração: Filosofia da educação

Aprovada em: 31/07/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmir Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Aliceane de Almeida Vieira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Rael Tomás, companheiro de sangue e luta, (*in
memoriam*), pelo exemplo de força e ternura,
DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta e indireta contribuíram, incentivaram e participaram da minha longa jornada acadêmica, assim como da produção desse trabalho.

À minha amada mãe por ter vibrado a minha vitória, assim como esta, e por ter me segurado com seu acalanto à cada queda sofrida estando eu, longe de casa.

A minha gratidão em especial ao Prof. Dr. Valmir Pereira pela confiança depositada há 6 anos atrás, logo no início de minha formação e que permanece até hoje. Pela paciência de me mostrar os caminhos da educação que já trilha tão brilhantemente, por me dizer que como professor, “não vale apenas entrar em uma sala de aula e sair desta sem ter deixado nada no aluno”.

À Heloísa Leite da Silva por todo companheirismo e cuidados dados no percurso da graduação, até o último momento da produção deste trabalho.

Agradeço aos que me ensinaram o valor da amizade acima de qualquer coisa e o companheirismo: Arethusa Barros, João Paulo de Lima, Hélio Cobé, Maria Sani Brilhante da Rocha e Juliana Oliveira Rocha.

Apesar de você, amanhã há de ser outro dia!
Eu pergunto a você: onde vai se esconder da
enorme euforia? (CHICO BUARQUE DE
HOLANDA, 1970)

SUMÁRIO

1	INTRUDUÇÃO.....	7
2	A GÊNESE DO TRABALHO.....	9
2.1	TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO.....	12
2.2	A DIVISÃO DE TRABALHO.....	17
2.3	A CONCEPÇÃO DE ALIENAÇÃO PELO TRABALHO.....	20
3	A EDUCAÇÃO DO PONTO DE VISTA MARXISTA.....	22
4	O TRABALHO DO PROFESSOR.....	23
5	CONCLUSÕES.....	26
	REFERÊNCIAS	27

TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: por que o professor não trabalha?

Renata Leite Nunes¹

RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender a origem do trabalho e apresentar uma análise comparativa entre trabalho e trabalho abstrato, enfatizando a profissão do professor, analisando sua atividade sob a perspectiva de trabalho produtivo e improdutivo. O sistema capitalista tem como atividade central produzir uma mercadoria, dotada de um valor para reprodução do capital. É nesse preciso sentido que evidenciaremos o que caracteriza essa produção de mercadorias, do ponto de vista do capital. Partindo do pressuposto de que há uma ligação intrínseca da profissão do professor com as expectativas do sistema capitalista, sua atividade exercida como mestre é considerada improdutivo, pois não há mercadoria resultante de suas atividades profissionais. Tanto o trabalho, em seus aspectos gerais da produção, quanto o trabalho abstrato do professor, serão abordados na perspectiva da ontologia do Ser Social. Essa análise permite, a partir dos elementos teóricos dessa concepção, diagnosticar a problemática que cerca o elemento trabalho perante o capitalismo.

Palavras-Chave: Trabalho. Professor. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

A escolha desse tema tem uma característica peculiar acerca da atual conjuntura do trabalho no país, uma vez que este encontra-se no âmago do desenvolvimento da sociedade e como a decorrente produção capitalista se embasa no trabalho, mas de maneira alienada. Pensar na natureza do trabalho docente e suas adversidades numa perspectiva ontológica requer a demanda de analisar sua atividade numa característica do capitalismo. Este estudo é de cunho bibliográfico, fundamentado em obras de Karl Marx e comentadores, bem como autores do campo da educação, fundamentados na teoria marxista.

¹ Aluna de Graduação em Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-Mail: verdade.inventada30@gmail.com

Em primeira instância, encontram-se elementos característicos, da gênese do trabalho, como categoria fundante do Ser Social. Percussor do desenvolvimento da sociedade, o trabalho é a primeira característica do indivíduo que visa a subsistência e dos modos de produção.

A profundidade de uma abordagem aos contextos históricos tem como elemento crucial a relação do homem com a natureza. Com o passar do tempo, a partir do surgimento da cidade e suas novas necessidades: administração, segurança etc. O trabalho do campo se torna isolado, a propriedade privada se expande e o poder de alguns indivíduos sobre outros cresce. As relações entre os homens passam de naturais para monetárias, a concorrência cresce e separa ainda mais os indivíduos

Como efeito, as concepções de trabalho e trabalho abstrato, este último sendo um trabalho que existe especificamente no modo de produção capitalista como forma substancial e determinante no processo de configuração desta produção e essa tendo assim subcategorias: trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Em termos gerais, o trabalho produtivo diz respeito a produção de mais-valia. Essa expressão marxiana é referente ao lucro do capitalista e sua mais acentuada característica é somente sua possibilidade com o trabalho excedente do operariado na produção mercadorias. Já o trabalho improdutivo é assim definido por que, ao invés de produzir mercadoria para se transformar em capital para a burguesia, gera custo para ela.

Essa explanação acerca do trabalho tem como objetivo demonstrar como se deu sua construção ao longo da história, ao mesmo tempo em que estimula uma reflexão da maneira como o excedente do trabalho se configura nos dias de hoje. A ilusão histórica tem caráter ideológico, mas não só. O caráter real deve ser compreendido como desde o início criou-se uma supremacia de valores, em que a submissão do outro sempre foi uma forte arma para “um progresso”, sobretudo individual. Isso pode ser observado acentuadamente desde a revolução industrial aos dias atuais, de forma exacerbada.

O seguinte elemento trabalho neste estudo é a importância da educação, que é analisada como libertadora para o Ser Social, uma vez que ele, de consciência formada, saberá lidar com as recorrentes consequências sociais, e, sobretudo fazer parte efetivamente dela.

Por último, é feita uma análise da profissão do professor numa perspectiva ontológica. Buscando o entendimento e uma resposta sucinta do porquê o professor não trabalha. Esboçando os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, a fim de entender caracteriza-se como improdutivo a função do professor, que de uma maneira geral, abarca inúmeros pontos que contrapõem a valorização desta função. E isso leva a indagação: por que o professor não

trabalha? Que de uma maneira geral abarca uma série de preceitos que devem ser explanados e respondidos.

2 A GÊNESE DO TRABALHO

Existem inúmeras concepções do que é o trabalho. Esse termo ganhou ao longo do tempo variações que contrapõem a maneira objetiva como este se consolidou. No entanto, é evidente que essas variações de acordo com cada época não são capazes de modificar o conceito da gênese deste. Se propusermos conceituar este termo de tal maneira que sugeríssemos sua valorização, é notório de que seja de grande dificuldade, devido suas derivações ao longo da história.

Karl Marx (1818-1883), em um primeiro momento, conceitua trabalho sem maiores digressões – trabalho é o processo entre homem e natureza. Muito embora, acompanhando as diferentes variações do termo e sobre tudo o trabalho de forma prática, ele vai observar suas decorrentes modificações. Sabendo-se, pois, que o homem se apropria da natureza afim de utilizá-la em favor da própria subsistência, colocando sua força sobre ela, ele a modifica, modificando assim sua própria natureza humana.

Esse processo resulta numa organização que é o início das sociedades, isso por que o trabalho sendo anterior às sociedades, sua gênese deve ser analisada como grande fator para o desenvolvimento das sociedades, ou seja, não há nenhuma possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza e esta dispensa o trabalho do homem para existir, o que não acontece em sentido contrário. Assim, a natureza tem sua materialidade em si mesma, ao passo que a materialidade do homem é construída por ele e para ele.

Na sociedade capitalista isso não é diferente, a natureza continua sendo indispensável para a vida social, mas, nesta a transformação da natureza (o trabalho) é transformada em capital e valorizado. Aqui, encontra-se facilmente a maneira como as sociedades se desenvolveram tão depressa, uma vez que na natureza, o desenvolvimento biológico é o desenvolvimento dos seres vivos, nas sociedades seu desenvolvimento inclui o trabalho, as ideologias e as lutas de classes.

O homem antes do processo de trabalho, já constrói em sua mente para depois colocá-lo em ação, portanto o resultado obtido já existira idealmente (MARX, 1983). Logo, a ação do homem sobre a natureza faz um percurso pela sua imaginação, realizando sobre a matéria o

seu objetivo que ele determinou como lei, a maneira como desempenhar, satisfazendo a sua vontade e chegando a uma finalidade.

Esta finalidade se transforma em objeto que, por sua vez, passa a ser exterior ao homem, mesmo que tenha partido dele. Assim,

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural: realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1983, p. 149-50).

A partir da “vontade” do homem, a sua finalidade é objetivada, transforma-se com o trabalho no objeto e este, por sua vez, acarreta numa relação de causas e efeitos que está externa à consciência humana, logo não se limita. Desta relação, vê-se que a evolução do objeto que vai se tornando cada vez mais distante de quem o criou.

É forçoso saber que ao passo que o humano transforma a natureza segundo a sua vontade, este não se encontra numa posição que possa fazer desta, sempre o que se referir o seu desejo, uma vez que a natureza por si mesma obtém de forças e propriedades que não podem ser coordenadas nem modificadas por ele.

Marx vem chamar de “barreiras naturais” potencialidades naturais que ao homem foge o controle, como o homem ser mortal, assim como, os recursos naturais serem finitos, neste ponto há, sobretudo a intervenção do homem como fator que antecede o processo de finito, mas, ao passo que este procura embasar seus objetivos nesta, dominando-a, controlando-a e modificando-a, ele de fato busca perpetuá-la como fonte de sobrevivência, muito embora esteja eliminando os seus recursos originários.

Partindo desses pressupostos, pode-se ver que a sociedade tem sua origem com o auxílio da natureza, uma vez que não há desenvolvimento para o homem e suas limitações sem esta. A gênese do ser social está embasada em dois seguimentos, o ontológico e o biológico. Do ponto de vista do ontológico marca-se a evolução e do homem ao superar não apenas a natureza, mas a sua própria superação que há certamente uma causalidade suficiente que o coloca como ser imutável.

No que se refere ao âmbito biológico, o caminho evolutivo que os seres inorgânicos chegaram à reprodução de seres orgânicos, observa-se que, esse foi o primeiro salto ontológico que com o surgimento dos seres vivos estaria daí para frente um longo e crescente progresso para a natureza.

Das primeiras vidas, já existiam três fatores marcantes que a consolidavam, a possibilidade de reprodução biológica, a interação com a natureza e entre os próprios seres. E desta contínua evolução, por indicação científica, surgiu a espécie humana.

Dada pela nova categoria (reprodução biológica) desenvolveu-se o ser social, que detém a ideia, seguinte da ação e então se tem o salto da evolução humana, com uma nova materialidade que vem desencadear nas seguintes novas características da sociedade. E é exatamente nesse ponto que está o trabalho, interação com a natureza, e por assim dizer, é a condição eterna da vida social. É, portanto, o motivo pelo qual se diz que o homem ao transformar a natureza, ele transforma a própria natureza social com a constante transformação das suas necessidades individuais, objetivas e subjetivas.

Seguindo esse raciocínio de que a natureza é, então, o objeto de trabalho do homem, ou a transformação desta em matéria prima, Marx refere-se ao meio de trabalho de “uma coisa” ou um “complexo de coisas” que pertencem ao mundo natural e que possibilita a execução do homem sobre esse. A esse respeito afirma

Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado da pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado pelo trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal do meio de trabalho (MARX, 1983, p. 150).

Posterior a essa gênese do trabalho, pode-se denominar, meios de trabalho “edifícios de trabalho, canais, estradas etc.” (MARX, 1983, p.151) que é a natureza processada e transformada em objeto de trabalho. Desta maneira, “meios de produção” é o conjunto dos meios e os objetos do trabalho. Assim, quando se pensa no âmbito do conhecimento, fica claro que este não pode comparecer como meio de trabalho.

Estas considerações são de extrema importância para a compreensão deste objeto de estudo (trabalho) em sua forma primária. No entanto, faz-se necessário adentrar no que se acentua a atual sociedade capitalista e como esta se desenvolveu atenuando às características

do trabalho abstrato de uma maneira modificadora e ao mesmo tempo ampliadora e suas consequências neste novo universo, que vai além do contato primário com a natureza.

2.1 TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO

A partir da primeira síntese de trabalho como a união no “sistema natural cabeça e mão” há uma separação ao que se sugere de “divisão social” tal como “trabalho manual” e “trabalho intelectual” até mais tarde ser entendido como “inimigos”. Desta forma, fazem parte de um mesmo corpo do processo de trabalho esses dois termos divergidos que, ganham novas nomenclaturas compostas, “trabalhador coletivo” e “trabalhador produtivo”. Para se trabalhar produtivamente, basta fazer parte do órgão “trabalhador coletivo”, ou seja, atender de maneira produtiva a necessidade de um resultado. No entanto, com a separação de trabalho manual e intelectual, vê-se uma divisão social no trabalho coletivo, ou seja, não é uma totalidade homogênea.

Como consequência, o trabalho produtivo se amplia com três importantes aspectos: O trabalhador antes tinha o controle do que produzia, agora passa a ser controlado; a manutenção inerente ao trabalho manual e intelectual que desdobra numa “oposição como inimigos” e paralelamente, é um estreitamento do trabalho, quando este apenas é consolidado se produz para o capital.

Assim, o trabalhador produz mais-valia, que pode ser entendida como o valor acima da força de trabalho, é, portanto, seu tempo e esforço excedido na produção de objetos, mas que esse valor a mais não convém ao trabalhador, pois é o lucro do patrão, sendo o trabalho desempenhado, mas que não foi pago a quem o desempenhou.

Em síntese, o trabalho produtivo é todo o trabalho que produza mais-valia para abranger o capital ou sirva para autovalorização deste “uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, ao qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (MARX, 1985, p. 106)

Uma vez que, no corpo dos trabalhadores produtivos, há aqueles que não desempenham a função de intercâmbio orgânico perante a natureza, assim como, há aqueles que não pertencem ao trabalhador coletivo. Exemplo desses é o mestre-escola que é produtivo somente quando produz mais-valia. Há também uma diferença no interior do trabalhador coletivo, pois enquanto coletividade se evidencia que há funções diferentes entre seus

membros, ou seja, subentende-se que alguns destes membros não transformam a natureza. Logo, o trabalhador coletivo é um conjunto de práxis sociais.

Não são somente essas diferenças que marcam como “subfunções” do trabalhador coletivo. Os indivíduos que realizam a transformação da natureza estão objetivando a sua vontade ou de outrem, pois sua subjetividade move-se para que objetivamente seja esse, bem sucedido. Ou seja, o trabalho é um esforço físico e espiritual.

Ao analisar a sociedade de classes, vê-se que é notório o que a difere de outrora (em que o trabalhador controlava a si mesmo, e este unia suas forças físicas e espirituais) o que na sociedade de classe, o homem converte suas forças à dominação do próprio homem, para objetivar sua vontade, agora em forma de capital. O trabalho intelectual ganha proporção e toma a direção do trabalho dos trabalhadores manuais, isso implica que esses trabalhos “separam-se até se oporem como inimigos” (MARX, 1985, p. 105)

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, se vê claramente o crescente número de trabalhadores, aparecendo a necessidade de um controle da produção em questão. São necessários trabalhadores assalariados que exerçam uma função hipervioladora sobre outros trabalhadores. Estes desempenham o papel de organização para garantir uma produção que renda a mais-valia. Para eles, pode-se utilizar o termo sugerido por Marx de “inimigos”.

Neste sentido, há também o salário por peça acaba exigindo um esforço a mais na produção, na ideia que fora vendida de que seu pagamento seria equivalente à produção, assim como “os encarregados” dobram sua supervisão a fim de garantir a excelência da produção, pelo mesmo motivo do trabalhador por ele explorado. Isso por que a força do trabalhador é a força do capital, não de seu trabalho. Em síntese, a estrutura produtiva da sociedade se dá com o trabalhador coletivo, com os supervisores do trabalho, com os trabalhadores manuais (não fazem parte do trabalho coletivo: camponeses, artesões, etc.), com os trabalhadores intelectuais (encarregados da superintendência) e com os executivos em cargos elevados hierarquicamente nas empresas.

Nas sociedades pré-capitalistas suas riquezas eram imediatas e diretamente extraídas da exploração do trabalho, por meio de escravos e servos. Estas riquezas estavam relacionadas com a quantidade desses escravos e servos, assim como das terras em que se consolidava a exploração do trabalho. Já na sociedade capitalista, a riqueza se dá através da exploração tanto da natureza, quanto do trabalho de quem nela trabalha (aqui está incluso principalmente o tempo de trabalho).

Assim como o capitalista individual se enriquece através do trabalhador da “fábrica de salsichas”, isso também ocorre através da “fábrica de ensinar” já que ambas geram mais-valia.

Há nessas duas categorias, algo que as distingue, como sua função social de produção de mais valia. O exemplo é que, se os operários da “fábrica de ensinar” param suas atividades, essas não irão desencadear em uma ruptura de produção e uma ameaça à reprodução de maneira imediata, o que acontece se os trabalhadores da “fábrica de salsichas” pararem. Ambos os trabalhos são produtores do “conteúdo material da riqueza social” que é a “soma total dos capitais individuais”

O trabalho do professor de uma escola privada é pago pelo burguês que paga também as despesas da escola, o que resta da mais-valia fica no seu bolso. E este dinheiro vem do trabalho do proletário, quando pago pelos pais do aluno. Este, o proletário, ao mesmo tempo em que produz, também valoriza o capital. A riqueza produzida pelo proletário, é assim distribuída por toda classe capitalista como mais-valia. Uma parte dela é convertida em salários e outra parte é transferida aos setores da burguesia.

A distinção entre proletário e professores não está apenas em suas funções, mas como em seus instrumentos de trabalho, a metodologia e sobretudo o ambiente de trabalho. A práxis do proletário é desempenhada sobre a matéria em que está ausente a consciência, já a do professor visa essa consciência para seu aluno. “As mediações entre professor e os alunos são a linguagem, a cultura; os instrumentos específicos são questionários, aulas, pesquisas, provas etc” (LESSA, 2007, p. 173).

Nessas distintas categorias, se faz necessário avaliar o produto final do seu trabalho. O trabalho produtivo do proletário produz “conteúdo material da riqueza social” e os demais trabalhadores, produzem apenas mais-valia. O primeiro produz para que o capitalista possa investir no trabalho para gerar mais-valia e assim continuar esse exercício onde seu capital tende a aumentar.

Sabendo que, proletários e trabalhadores produtivos diferenciam-se por três pontos: quanto suas funções sociais, as peculiaridades de sua práxis e como suas produções servirem ou não como meio de acumulação de capital. Um exemplo de não acumulação é o trabalho do mestre em horas de aulas.

A partir disso, não há apenas essas diferenças, nota-se que há diferença de classes. Ao passo de que classe social não é apenas determinada pela estrutura de produção que circunde o indivíduo, mas também uma estrutura ideológica que determina o pronto histórico deste indivíduo.

É forçoso dizer que a classe proletária é a única classe na sociedade capitalista que produz não só a mais-valia, como também, o capital. O dinheiro que paga os salários tem origem do trabalho do proletário.

Eis a diferença entre o proletário e o mestre escola, este último é pago pelo dono da escola, assim como, por via do dinheiro do bolso dos pais dos alunos, dinheiro esse que tem origem do trabalho do proletariado que vive do “conteúdo material da riqueza”, ou seja, do que ele próprio produz.

Há, pois uma contradição mediante a quem produz e não produz – os setores assalariados não-proletários de um modo geral têm uma ligação com a manutenção do capitalismo: esses têm “privilégios” quando comparados com os proletários e estão sempre defendendo a propriedade privada. Assim, pode-se defini-los então como “inimigos do trabalho manual e intelectual”, Marx os chama de “classe de transição” e “pequena burguesia”.

Das diferenças das classes entre proletariado e mestre escola, a questão a ser tratada é que, o fato de ambas servirem para a manutenção do capitalismo, é na classe proletária que está a única via de revolução, uma vez que sem ela a produção para, e a propriedade privada perde.

Sabe-se que, as determinações dessas classes, vistas do ponto na perspectiva histórica, está explicitamente ligada à ideologias, lutas políticas, de um modo geral, à ação humana. E consegue-se notar que no percurso da história, a própria burguesia como “classe contra revolucionária” desempenha seu papel de alienação para manter a valorização do capital. E esse papel é desempenhado em diferentes seguimentos - uma vez que a luta de classes vista pela história dividiu os lados. Vê-se, fortemente, que hoje, os proletários lutam pelo direito de serem explorados. Estes são corrompidos pela ideologia burguesa, e a luta tende a se travar como uma confusão de ideologias, não mais como a defesa de uma.

Sabendo que trabalho coletivo, definido anteriormente, é uma divisão social em que o termo “inimigos” ou “pessoal combinado de trabalho”, por Marx, reaparece quando sugere que neste trabalho exista um impasse entre trabalho manual e trabalho intelectual, na perspectiva de que, esses se contrapõem e desencadeiam numa ligação maior ou menor com a manipulação do objeto de trabalho “pessoal combinado de trabalho”.

Muito embora isso ocorra, é na cooperação que se nota uma diferença histórica, em termos de valor da mercadoria e desenvolvimento da produção capitalista, uma vez que antes, quanto mais trabalhadores, mais produção. Acontece que, agora a utilização dos meios de trabalho é consumida em comum, o que significa que há um menor investimento por parte dos capitalistas. O valor da mercadoria baixa, baixando também o valor da força de trabalho. A cooperação amplia o trabalho individual, aumentando tão somente a forma global do capital.

É justamente nesse ponto que, a força manual é convocada, e a intelectual ganha cada vez mais força.

Embora muitos executem simultaneamente e conjuntamente o mesmo ou algo semelhante, o trabalho individual de cada um pode ainda assim representar, como parte do trabalho global, diferentes fases do próprio de trabalho, as quais o objeto de trabalho percorre mais rapidamente em virtude da cooperação (MARX, 1983, p. 260)

É forçoso salientar que, a “multiplicidade” de atividades do trabalhador coletivo, desencadeia na “continuidade” de seu trabalho “isolado”, caracterizando a continuidade de operação global do capital.

Essa “multiplicidade”, para Marx (1983) contém vertentes específicas de suas funções: A manipulação do objeto de trabalho e uma multiplicidade das partes contínuas fundamentais para a operação global. Este ponto é marcado ainda mais em “classes principais” quando referente às fabricas, pois existem os trabalhadores que se ocupam das máquinas e seus meros ajudantes.

Uma função exterior aos operários das máquinas está a de “reparador destas” que sugere uma classe mais elevada. Todavia, com o desenvolvimento do capitalismo, essa distinção cessa, estando apenas em posição mais elevada os engenheiros, exercendo a função de “controle”. Com base no controle das produções, uma vez que o trabalho intelectual não está incluso na produção efetiva, não cumpre uma função social de continuidade que possibilite a elevação desta produção e sua expressão de controle o deixa de fora do que se pensa a respeito de trabalho coletivo.

Em síntese geral do conceito de trabalho, permanece a primeira expressão usada neste estudo “intercâmbio orgânico do homem com a natureza”, essa condição é permanente e é a primeira condição de consumir produtivamente a natureza, transformando-a em valor, mas que de uma maneira oriunda, a transformação da natureza também atende a formação social. Com o capitalismo, essa ontologia do trabalho não muda, mas de uma maneira significativa, acrescenta e diversifica essa categoria fundadora. A rigor, a maneira como qual o objeto de trabalho passa a não ser mais apenas necessário ao homem, mas ao sistema capitalista que o circunda. O trabalho atende ao seu valor, e suas mercadorias em valor de troca, e esse processo amplia e desenvolve o capitalismo.

No entanto, entendendo-se o trabalho abstrato como produtivo (aquele que tão somente está envolvido na produção das mercadorias) e improdutivo (aquele que repassa essas mercadorias, essas produções).

O trabalho do mestre-escola é visto como trabalho abstrato, mas esse é tão produtivo quanto o do proletário, pois ambos produzem mais-valia, logo a sua caracterização não deve ser como uma categoria que está fora da história da sociedade, mas em que a questão de valor, esta não está ligada ao valor de um produto a ser produzido, mas a um valor que é substanciado no sistema capitalista. Em outras palavras, sua produção não é material, mas contribui para que o capital esteja em giro, isto é, tem finalidade de reprodução e acumulação de capital.

2.2 A DIVISÃO DO TRABALHO

Nesta parte do trabalho, pretende-se pontuar a divisão de trabalho sob a ótica de Émile Durkheim (1858-1917) e Karl Marx (1818-1883). Em primeira instância, Durkheim propõe discutir a maneira como o indivíduo se encontra perante a sociedade, como ele a modifica e se comporta em coletividade. É forçoso dizer que o trabalho para Durkheim é um fato social presente nas sociedades.

Assim, a divisão do trabalho é vista como função que impulsiona para um desenvolvimento, mas que há maiores divisões de trabalho em algumas sociedades e menores em outras. No entanto, se forem analisados os aspectos em que se baseiam essas divisões, há de se perceber *anormalidades* presentes nelas. Que por sua vez podem ser vistas como irrelevantes, justamente por serem tratadas como formas comuns de sobrevivências. Todavia, se faz necessário analisar os fatores que determinam essas anormalidades.

Da maneira em que o trabalho se dá a partir da organização de indivíduos, o conceito de sociedade também se dá na organização destes, de um modo que sigam regras e ‘valores comuns’, consciência coletiva ou comum (DURKHEIM, 1893).

Muito embora ‘valores comuns’ façam parte das anormalidades citadas acima. A respeito disso, um dos conceitos ‘durkheimianos’ é que a sociedade se assemelha a um grande organismo, de uma maneira em que há uma dependência entre seus elementos.

Partindo desses pressupostos, surge a solidariedade, dividida em dois tipos: mecânica e orgânica. Em que a mecânica é fundamentada numa consciência coletiva, não havendo uma significativa divisão de trabalho e os indivíduos que a compõe partilham dos mesmos valores sociais. Logo, atribui-se a ela um caráter simples, em que os indivíduos não têm consciência de competição e êxito individual, ao mesmo tempo em que há um predomínio de mecanismo de coesão imediata, punitiva e violenta.

As moléculas sociais que só seriam coerentes dessa maneira não poderiam, pois, mover-se em conjunto, a não ser na medida em que não têm movimentos próprios, como fazem as moléculas dos corpos inorgânicos. É por isso que propomos chamar de mecânica essa espécie de solidariedade. Essa palavra não significa que ela seja produzida por meios mecânicos e de modo artificial. Só a denominamos assim por analogia com a coesão que une entre si os elementos dos corpos brutos, em oposição à que faz unidade dos corpos vivos. O que acaba de justificar essa denominação é que o vínculo que une assim o indivíduo à sociedade é de todo análogo ao que liga a coisa à pessoa. A consciência individual, considerada sob esse aspecto, é uma simples dependência do tipo coletivo e segue aqueles que seu proprietário lhe imprime. Nas sociedades em que essa solidariedade é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence, como veremos adiante; ele é, literalmente, uma coisa de que a sociedade dispõe. (DURKHEIM, 1999, p. 107)

Já a orgânica é mais complexa e diz respeito a uma divisão de trabalho e a característica central é a consciência individual. Assim, os indivíduos são distintos e por assim dizer, desempenham atividades distintas que de modo geral compõem a sociedade. Eis aí a divisão do trabalho.

Bem diverso é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. (DURKHEIM, 1999, p. 108)

Deste modo, é notável que os conceitos criados por Durkheim culminem numa perspectiva de trabalho e suas divisões, de maneira que possam estar neutros e irrelevantes. Desse modo, são os fatores mais fortes que determinam as recorrentes modificações no modo de vida do indivíduo, pontuando sua sobrevivência e posteriormente marcando-o como ser que apenas faz parte de um conjunto estando a mercê da ideia distorcida de trabalho que é posterior a si, sucumbindo sua característica pré-determinada.

Marx (1986) foi mais sucinto ao tratar sobre a divisão de trabalho: As relações entre as nações acontecem quando a nação está organizada perante um desenvolvimento. A organização interna dar-se-á com a divisão de trabalho de maneira que a quantidade de pessoas desencadeia em maiores forças produtivas. Portanto, cada nova força de produção tem uma nova divisão de trabalho.

Eis o ponto estratégico de organização social (o trabalho), e assim as nações vão criando relações, onde essas vão se consolidando a partir das nações mais organizadas. É a partir da divisão de trabalho que as nações ocupam um diferente lugar quando é regida por maiores forças produtivas. As novas forças de produção desencadeiam em novas divisões de trabalho. Uma vez que há uma divisão interna em uma nação, essa se dá em categorias. Assim, trabalho industrial e comercial se separam do trabalho agrícola. Logo, trabalho da cidade e do campo tem subdivisões, divisões e diferenciações de classe.

Os indivíduos estando perante a divisão de trabalho são determinantes nas fases de desenvolvimento. O seu instrumento de trabalho se refere ao material, ou seja, seu produto. Esses indivíduos compõem formas de propriedades em seu contexto histórico. A primeira é a tribal onde predominava a descendência. Logo, a divisão de trabalho era pouco desenvolvida e se baseava na organização familiar. Viviam da caça, pesca e agricultura. “A estrutura social limita-se, portanto, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e finalmente os escravos” (MARX E ENGELS, 1986, p. 30).

Comunal e estatal e forma de propriedade que vem a seguir. Quando muitas tribos formam a cidade por meio de contrato ou conquista. Nesta, a divisão de trabalho é mais acentuada a partir do desenvolvimento de propriedade móvel e depois imóvel.

A terceira forma de propriedade é a feudal ou estamental. Quando o desenvolvimento acontece por meio de conquistas romanas e o forte trabalho na agricultura. Nesta propriedade havia hierarquia de posse de terra, os pequenos camponeses eram servos da gleba e faziam parte da classe produtora, deste modo, a oposição entre as cidades eram determinadas da forma como se dava a organização feudal da nobreza que exercia o poder.

A divisão de trabalho no feudalismo foi pouco marcante, havia uma separação em: príncipes, nobreza, clero, campesinato, mestres, oficiais e aprendizes. Quanto a agricultura a divisão de trabalho o cultivo era parcelado, logo não se havia uma notável divisão, e neste ponto a indústria começava a surgir.

É forçoso salientar que as gradativas mudanças, não foram mudando apenas as formas de organização social, mas os próprios indivíduos. Indivíduos mais determinados, com determinadas relações de produção que acabam por caracterizar as relações sociais e políticas até os dias de hoje. Realidade e ação cruciais para essas determinações, o que se observa nesse contexto histórico que o foco é a realidade e a produção materialista.

Buscando-se pensar na vida material dos homens, é notável que suas ações estão ligadas a produção de idéia, não podendo o contrário. De maneira que, como visto, a produção material intervinha na consciência do indivíduo prático. Todavia, essa consciência é

produto de suas relações (é um produto social), o que não vê esse sentido na vida animal, por exemplo, mas que vista no contexto histórico demonstram claramente uma ligação com suas necessidades de sobrevivência.

Uma vez que o homem necessita comer, beber, vestir, ter habitação etc. A partir da produção de suas necessidades surgem novas produções e não somente, a partir da procriação, da construção da família essas necessidades se acentuam.

Em ‘A Ideologia Alemã’ (1986), Marx e Engels demonstram que em sua época a divisão de trabalho funcionava como uma maneira determinada em que o indivíduo, encontrado numa escala hierárquica, se mantivesse sem perspectiva de ascensão de classe, limitando-o. A proposta de ambos não é simples, mas é acentuada numa coerência de valores reais do ser humano, a necessidade de uma solução em que uma classe reconhecesse e tivesse como objetivo o bem comum e fosse contra a opressão da dominante.

Apenas na coletividade [de uns e outros] é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos; somente na coletividade, portanto, torna-se possível a liberdade pessoal. Nos sucedâneos da coletividade existentes até aqui, no Estado etc., a liberdade pessoal tem existido apenas para os indivíduos desenvolvidos dentro das relações da classe dominante e apenas na medida em que eram indivíduos dessa classe (MARX, ENGELS, 1986, p. 117).

A opressão da classe dominante não é embasada apenas nos interesses de produção, ela desenvolve armas para sua dominação. Um exemplo disso é a suposta liberdade do homem quanto ao trabalho, poder, bens, entre outros. Essa é apenas vista entre os próprios indivíduos que a compõem, seguindo seus interesses ao mesmo tempo em que fazem com que a classe inferior seja conivente com seus propósitos de forma em que pareça ser consciente e voluntário, no entanto, são escravos de uma alienação.

2.3 A CONCEPÇÃO DE ALIENAÇÃO PELO TRABALHO

Para Marx, o conceito de alienação está estritamente ligado à questão do trabalho. Ele atenta para o fato do trabalho funcionar como mecanismo de exteriorização do ser, logo, um esforço material para transformar o mundo. A alienação se daria no momento em que existe um distanciamento entre o que o homem cria com a força de seu trabalho e ele próprio. Numa sociedade organizada em torno de um modo de produção capitalista existe tal afastamento entre o indivíduo e sua criação.

Para Marx, através da propriedade privada, o homem é levado à condição de estranhamento em relação ao próprio objeto por ele criado. Desse modo, se está diante de um processo de alienação. Se o trabalho pode ser a condição que levaria o homem para uma liberdade, numa sociedade capitalista, tal atividade funciona de modo a submeter o indivíduo à alienação.

Quando se tem uma sociedade estratificada em classe, baseadas numa divisão social do trabalho, em que as condições levam o homem a trabalhar em situações de exploração, que os submetem a processos de desumanização social, em prol de lucro, o trabalho se torna caminho para alienação.

Em uma sociedade capitalista os fins a que se espera chegar é o lucro. Dessa perspectiva o trabalho é usado para alimentar o interesse de uma classe que exerce seu poder de dominação sobre outra. Atentando para o processo de alienação, Marx destaca que o indivíduo não se percebe numa condição de sujeito ativo, como criador, produtor do próprio objeto que cria, uma vez que se sente estranho e alheio ao seu trabalho convertido em objeto.

A alienação se dá através de quatro formas: alienação pelo produto do trabalho, alienação pelo processo de produção, alienação do sujeito enquanto pertencente ao gênero humano e alienação em relação aos outros homens.

O estado de alienação ocorre quando existe o não reconhecimento do trabalhador em relação ao produto por ele fabricado. Assim, chega-se a uma situação de cisão do sujeito com o objeto. O sujeito passa a não perceber tal artefato como fonte de seu trabalho, logo, o trabalho não representa para o sujeito uma expressão de si mesmo.

A alienação, de modo geral, é o estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo, que está privado de seus direitos fundamentais, passando a ser como uma coisa. Está alienado, portanto, quem está fora de si, quem perdeu sua própria identidade, tornando-se um outro de si mesmo” (SEVERINO, 2007, p.137).

Para Marx, nessa perspectiva, o trabalho se dá como algo negativo do modo como é empregado na sociedade capitalista. O indivíduo é levado a uma espécie de despersonalização humana. O indivíduo cria o objeto e não o percebe como obra de sua criação, afastando-se dele. Isso ocorre porque o sujeito passa a ser escravo do objeto.

No trabalho alienado existe uma dependência gradual por parte do sujeito em relação ao objeto, que passa a subordinar o indivíduo, pois o homem necessita trabalhar para sobreviver. Em síntese, numa sociedade capitalista a alienação leva o indivíduo a desenvolver o pensamento de “Ter” no lugar de “Ser”, uma vez que, a lógica é do lucro, do acúmulo de

bens e o indivíduo torna-se estranho à sua própria espécie, incitando um espírito de competição entre os próprios indivíduos.

3 A EDUCAÇÃO DO PONTO DE VISTA MARXISTA

A educação do ponto de vista marxista não foi pontuada explicitamente, mas foi consequente como uma preocupação de como a educação poderia atuar na construção de um ser humano crítico, que está inserido numa sociedade predestinada do ponto de vista econômico, a capitalista. Um ser humano que possa desenvolver amplamente suas potencialidades e se reconhecer como ser construtor da história.

A concepção do homem como ser histórico está na maneira que ele modificou sua realidade de acordo com suas necessidades de subsistência.

O homem é, de fato um ser em permanente construção, que vai se fazendo no tempo pela mediação de sua prática, de sua ação. Ele é, assim, um ser histórico, que vai se criando no espaço social e no tempo histórico. Portanto, o homem não é apenas uma realidade dada, pronta e acabada, mas fundamentalmente um sujeito que vai construindo aos poucos sua própria realidade. É por isso que se diz que o homem é também aquilo que ele se faz (SEVERINO, 2007, p. 150).

A dimensão da temporalidade e da historicidade é, em todo modo, uma perspectiva dialética no pensamento filosófico, ao passo de reconhecimento de que o real não existe como pronto e acabado, mas como mutável. Marx reutiliza o pensamento hegeliano trazendo para o ponto de vista histórico o modelo dialético (tese, antítese e síntese) que diz respeito a sequência: afirmação, negação e superação empregando num contexto de sociedade.

O percurso do homem, como único ser capaz de transformar as circunstâncias, sua realidade, seu meio social, é visto de distintos pontos de vista, ora positivo pelo avanço da ciência, para alguns, ora negativo por esse mesmo motivo e, portanto, a perda de uma característica unicamente humana. A realidade de transformação transcende suas necessidades, mas é cabível pensar que a partir da afirmação de importância e capacidade do homem acha-se princípios claros de que, mudando o homem a partir de sua consciência, muda-se suas circunstâncias.

Eis que entra a via educacional em discussão, pois é necessariamente nesse ponto em que se vê como a maneira mais eficaz e direta ao que se refere o pensamento do homem sobre sua realidade. A educação não está fora da dinâmica da política, uma vez que, o indivíduo se

vê na construção de uma identidade como ser pensante e, sobretudo como parte da transformação da sociedade nos seguimentos políticos e econômicos. A tarefa da educação tem dois pontos cruciais: fazer menção e diagnosticar as alienações em que o ser humano está inserido a partir das ideologias, buscando a razão como instrumento para uma nova realidade social. A partir disso, com os subsídios dados pelo conhecimento, buscar a superação das adversidades sociais.

Desta forma, é forçoso dizer que, os limites da educação na sociedade sempre estiveram na reprodução das condições já apresentadas historicamente, ou seja, não observada na perspectiva da construção do novo, consciente de duas potencialidades. A partir da realidade social do ponto de vista do trabalho na sociedade capitalista a educação deveria estar baseada numa ‘humanização’ como garantia de que o homem seja efetivamente homem, não apenas no sentido de contribuição na práxis social, de uma maneira crítica consciente da sociedade em que está inserido.

4 O TRABALHO DO PROFESSOR

Como visto até agora, o trabalho é a base da Ontologia do Ser Social, onde há o intercâmbio entre o homem e a natureza, é quando este transforma os meios de sobrevivência, construindo primeiro na consciência e depois no mundo objetivo. Muito embora, este seja dividido posteriormente em categorias, como: trabalho abstrato (em que se evidencia o valor de troca) e o trabalho concreto (que diz respeito ao valor de uso), este continua sendo o principal fundamento do desenvolvimento do indivíduo, principalmente, a caráter da sociedade.

O trabalho abstrato tem subcategorias (trabalho produtivo e trabalho improdutivo) em que trabalho produtivo em Marx tem duas acepções distintas. O Primeiro designa todo trabalho que tenha um produto como resultado. Outro sentido é dado a partir do terreno particular capitalista em que tem como finalidade o lucro como trabalho excedente. Já trabalho improdutivo é visto como aquele que não gera lucro, e, portanto, já que ambos os termos foram criados pela burguesia, este trabalho não é num todo valorizado, já que ao invés de lucro (visão da burguesia) este gera custo.

Feita essa distinção, o trabalho do professor encontra-se como improdutivo. Essa é a central problemática quando se observa que para o sistema capitalista o professor gera apenas custo e, portanto, sua produção de conhecimentos não tem nenhum fundamento para a

valorização e acúmulo do capital. Todavia, no que diz respeito ao trabalho do professor como uma categoria ontológica, quão importante é sua atividade como efetiva na sociedade.

Quando se pensa nesse exercício, do ponto de vista prático, é necessário compreender que existe um ponto crucial entre o processo de ensino e aprendizagem, a mediação. Este é um termo que na educação pode ser entendido como união destes dois elementos. Ela não deve ser vista como um produto, e ocupa a condição de movimento, uma vez que, a negação juntamente com esse adquire um sentido de superação.

Do ponto de vista de Marx, o imediato é que está presente no agora e o mediato é o que está relacionado ao pensamento humano, quando ocorre uma negação entre os dois, se tem a mediação, sendo entendido como a superação do primeiro ao segundo.

Partindo desses pressupostos, ao que se refere o trabalho “primário” como a apropriação que o homem faz com a natureza, há um processo de automediação em que o homem não está fora desta, mas em um específico espaço que pode transformá-la através do seu trabalho. Nesse ponto, é a própria natureza que proporciona uma mediação com o ser humano.

No trabalho do professor, o processo educativo é uma mediação, ou seja, não pode haver educação sem mediação. Assim sendo, já que a mediação é composta por dois lados que se opõem, confere ao aluno ser do plano imediato, e o professor do mediato. Nesta relação não há uma classificação de inferior ou superior, pois não há uma hierarquia, como nas derivações do trabalho coletivo, essa relação é não-antagônica.

[...] as relações entre professor e alunos não podem ser hierárquicas, nem de dominação, por um lado, nem de subordinação, por outro. Elas devem ter por base o esforço de mediação, que não é nem automática nem espontânea (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2007, p. 109).

O fato deles serem não-antagônicos se dá sobretudo por que há uma negação entre ambos. Estes não podem e nem devem mudar essa posição (enquanto sala de aula) pois juntos eles formam uma ponte, ou seja, se completam para a transmissão do conhecimento. A forma de dizer que ambos podem tanto aprender, como ensinar é equivocada, por que essa relação está sustentada por um momento predominante.

O plano em que os alunos vivem é o imediato, que diz respeito ao cotidiano. A superação desse plano só é possível com a educação e de fato há sempre muita dificuldade para essa superação, uma vez que o seu cotidiano lhe dá uma ideia de conforto. É então que aparece o papel do professor, como sujeito que busca fazer com que haja essa superação do imediato no mediato. O mesmo processo acontece com o ensino e o aprendizado. Estes são

correspondentes com professor-aluno: “o ensino está no plano mediato e a aprendizagem no âmbito do imediato” (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Ao chegar na sala de aula, o aluno também está no plano imediato, o fato da aula não ter uma característica imediata o deixa a mercê do que virá. O que difere do professor, pois esse já deve ter subsídios suficientes para a transmissão do conhecimento. Quanto a esse processo de preparação para a mediação evidencia-se que:

A mediação é precedida de uma ação da qual somente o professor se ocupa ao realizar o planejamento da aula – com a seleção e preparo do conteúdo de ensino –, resultando, a seguir, no momento em que a aula se desenrola, na mediação estabelecida entre o professor, que realiza o ofício do ensino – compreendido por nós como a relação que este desenvolve com o conhecimento –, e o aluno, que realiza a aprendizagem – por nós concebida como a relação entre ele e o conhecimento (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2007, p. 20).

É evidente a importância da preparação do professor, quando esta não ocorre, pode-se dizer que esses (professor e alunos) encontram-se no plano imediato. Isso resulta em diversos problemas comportamentais e disciplinares. O ensino só se dá a partir de uma elaboração de relações do conteúdo a ser passado, portanto, está vinculado ao âmbito da preparação do professor. Pois ensino é a conseqüente relação do professor com o conhecimento. Logo, a relação do aluno com o conhecimento é a aprendizagem.

Ao se colocar o conhecimento em duas categorias: abstrato e concreto, pode-se dizer que a abstração se dá no plano mediato, uma vez que o conhecimento concreto é o imediato, aquele do cotidiano. A superação do aluno a partir do professor se dá da seguinte maneira:

A mediação propicia a superação do imediato no mediato, e para isso é necessário que ocorram dois processos: o primeiro é a negação do concreto pelo abstrato, que implica em separar o todo em partes para compreendê-lo por meio delas; e o segundo que consiste na negação do abstrato pelo concreto, agora concreto pensado, ou seja, para chegar à compreensão do todo é preciso negar o entendimento das partes (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2007, p. 113).

Eis que a tarefa do professor não se esgota quando ele consegue que o aluno alcance o abstrato. É necessário fazer com que ele supere o abstrato no concreto pensado. O ensino apenas no âmbito abstrato corre o risco de cair em campo meramente ideológico.

5 CONCLUSÕES

A partir desse estudo, pode-se perceber quanto o trabalho tem interfaces negativas a partir do ponto de vista de segregação da burguesia, de maneira que, o triunfo da mesma, resulta numa necessidade maior de subsistência. De uma maneira geral, é a partir do poder abrangente e gradativo da burguesia, que também surge a necessidade daqueles que dela não fazem parte de serem explorados.

Ao se observar a pergunta ‘por que o professor não trabalha?’ de forma ampla, pode-se notar uma afirmação intrínseca do ponto de vista do capitalismo e, sobretudo tendenciosa, que quer mostrar e justificar a desvalorização a que essa atividade se sustenta. Ora, trabalho é uma relação do homem com a natureza, a extração de subsídios como mercadoria é o que caracteriza o trabalho. O professor não extrai nada da natureza, sua tarefa é subjetiva e por isso ele não trabalha.

Agora, os pontos mais pertinentes dos conceitos trabalhados aqui, foram sem sombras de dúvidas os mais inquietantes, a partir do momento em que a designação de produtivo e improdutivo é estreitamente dada pela burguesia. Ou seja, conceitos esses que condizem com seus interesses, e, portanto, jamais teria estariam de acordo com os que lhe são opostos. O trabalho do professor está fora da produção material, uma vez que ele trabalha o conhecimento nas cabeças dos alunos. Todavia, a partir do momento em que este extrai de si o seu tempo, a sua atividade cotidiana, aqui podendo se dar ênfase ao passo de que há uma exploração. Logo, também está servindo para enriquecer o empresário. Este também gera mais-valia, portanto seu trabalho é produtivo.

Compreender a atividade do professor não mais como trabalho vai além de uma modificação de nomenclatura, entender que a sua atividade é distinta do conceito geral de trabalho, mas que, perante a história da sociedade, esse ganha atribuições que fazem sua atividade sobretudo primordial.

Sua tarefa torna-se cada vez mais difícil na sociedade capitalista, e se faz necessário entender que qualquer profissional, independente da área, é incapaz de exercer sua profissão de com eficácia, quando esse não tem instrumentos suficientes para isso. O professor como qualquer profissional está na tentativa de sobreviver perante o capitalismo, e muitas vezes acabam se sujeitando a voluntariamente às condições precárias de trabalho.

Como explicado, o professor cumpre a tarefa de mediação para com o aluno, logo, pressupõe-se que este esteja preparado intelectualmente para essa transmissão. O que faz de

seu trabalho produtivo vai bem além do que se imagina perante suas reais tarefas. A tarefa do professor não é somente uma transmissão de conhecimento, sua tarefa para nesse ponto.

Valendo ainda salientar que o professor é insubstituível. Nada substitui o contato humano, ainda que a expansão da tecnologia abra uma lacuna na perspectiva de mediação. Sua tarefa indica abdicar do conformismo que é pregado incessantemente, para presenciar a superação do cotidiano do seu aluno. De modo que a intenção da burguesia é justamente anular a classe docente na construção do ser humano, pois, se é perigoso, já que essa pode ser vista como a grande via de saída da alienação. Fica claro, portanto, que compreender que há uma ligação entre o conceito de trabalho, alienação, educação e a atividade do professor é de total relevância para uma reflexão e visão da realidade que nos circunda.

ABSTRACT

This study aims to understand the origin of the labor and present a comparative analysis between work and abstract work, emphasizing the teacher's profession, analyzing their activity from the perspective of productive and unproductive work. Capitalist system has as its central activity to produce a commodity, endowed with a value for reproduction of capital. It is in this precise direction that we intend to show what characterizes this production of commodities. Based on the assumption that there is an intrinsic connection between the profession and the expectations of the capitalist system, his activity as a school teacher is considered unproductive, since there is no commodity resulting from their labor. In its general aspects both activities will be approached from the perspective of the Ontology of Social Being. This analysis allows, from the theoretical elements of this conception, to diagnose the problematic that surrounds the worked element faced with capitalism.

Key Words: Labor. Teacher. Capitalism.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Luís Viera de; ARNONI, Moreira Eliza Brefere; OLIVEIRA, Edilson Moreira de. **Mediações dialéticas na educação escolar: teoria e prática**. São Paulo, Loyola, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA Jr., Amarilio; BRITTAR, Marisa. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci** Interface - Comunicação, Saúde, Educação 2008.

Disponível na Internet: <http://www.realyc.org/articulo.oa?=180114104014> Acesso em: 24/07/2017.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho professor?** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) **O capital.** Vol I. São Paulo, Abril Cultura.

SEVERINO, Joaquim Antonio. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 2007.